



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Fluxos Migratórios e Políticas Sociais

Gênero e migração: a dialética das migrações internacionais contemporâneas

Krisley Amorim de Araujo¹
Luciane Pinho de Almeida²

Resumo: Este trabalho propõe como temática aprofundar-se nas relações de gênero presente nas migrações internacionais contemporâneas. O objetivo é promover reflexões acerca da relação dialética das migrações femininas no cenário mundial contemporâneo. Esta pesquisa é resultado de reflexões feitas no Grupo de Estudos em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Gênero do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco. A metodologia deste trabalho foi constituída a partir de uma pesquisa qualitativa, por meio do uso de material bibliográfico. Os resultados apontaram condições em que mulheres migrantes sofreram abusos, explorações, violação de direitos humanos e discriminação.

Palavras-chave: Dialética; Gênero; Migrações Internacionais.

Abstract: This paper proposes as a theme to deepen the gender relations present in contemporary international migrations. The objective is to promote reflections on the dialectic relation of female migrations in the contemporary world scenario. This research is the result of reflections made in the Group of Studies in Socio-Historical Theory, Migrations and Gender of the Program of Masters and Doctorate in Psychology of the Catholic University Dom Bosco. The methodology of this work was constituted from a qualitative research, through the use of bibliographic material. The results pointed to conditions in which migrant women were abused, exploited, violated human rights and discrimination.

Keywords: Dialectic; Gender; International Migrations.

¹Bacharel em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco. Bolsista de mestrado do programa de mestrado e doutorado da Universidade Católica Dom Bosco. E-mail: krisley_araujo@hotmail.com.

² Professora Doutora e pesquisadora do Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco. E-mail: lpinhoa@hotmail.com.



1. INTRODUÇÃO

A migração feminina tem crescido de maneira expressiva, condição que se dá em razão das transformações históricas e sociais, em que a mulher surge como sujeito ativo nos fluxos migratórios. Esta realidade representa, por um lado o empoderamento, maior autonomia e emancipação da mulher que migra sozinha para outra região ou país para auxiliar no sustento da família ou para ascender socioeconomicamente, todavia, por outro representa que a migração de mulheres também é caracterizada por grande risco social, tendo em vista que o fato de ser mulher, condição que a coloca em situação vulnerável, de acordo com as construções de gênero de cada localidade. Assim, situações de abusos, discriminação, xenofobia, exploração no ambiente de trabalho fazem parte do cotidiano de mulheres migrantes. Desta forma, vemos que a migração feminina se estabelece de forma dialética, pois ora apresenta-se como um espaço de empoderamento feminino e ora apresenta-se como um espaço de violação de direitos humanos.

Visualiza-se nos últimos anos o amplo crescimento da produção do conhecimento acerca da migração de mulheres. Esta questão social tem se apresentado como um campo fértil para investigações. Em virtude disso, saberes como a antropologia, sociologia e demografia tem se atentado para essa questão social. Tal fato, segundo Castro (2006) tem se dado em virtude do aumento numérico significativo da participação feminina nas migrações contemporâneas, Faria (2015) traz que metade dos 250 milhões de migrantes internacionais é composto por mulheres. Esse crescimento fez a academia utilizar o termo “feminização das migrações” (MARINUCCI, 2007) para retratar o aumento nos números das mulheres migrantes e a mudança de critérios de análise do fenômeno migratório com a incorporação do enfoque de gênero.

Muito mais do que apontar dados qualitativos das migrações femininas, a perspectiva de gênero permite ampliar o entendimento acerca da complexidade da participação dos sexos nos deslocamentos atuais. A migração promove alterações nos papéis de gênero, inserção em diferentes mercados de trabalho, demandando a criação de estratégias migratórias. Compreender como interagem esses fenômenos é um dos grandes desafios nos estudos das migrações contemporâneas na perspectiva de gênero. Caminhar nesse sentido é considerar as diferenças historicamente e socialmente construídas entre o masculino e o feminino, assim, para pensar a migração feminina nos dias atuais é preciso considerar essa teia de relações que foram se dando no desenvolvimento das sociedades nos períodos históricos.



Desse modo, o objetivo da pesquisa se volta para as relações de migrações e gênero tecidas no campo social sob a perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético, Para isso, foi utilizada uma pesquisa qualitativa com uso de material bibliográfico acerca das migrações femininas contemporâneas, com o objetivo de compreender a face dialética dos movimentos de mulheres migrantes no cenário mundial.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Construções sociais de gênero na sociedade capitalista

Historicamente o gênero feminino é inferiorizado e subjugado em detrimento do gênero masculino, assim, para compreender melhor a gênese desse processo é preciso se remontar à instauração da sociedade de classes e seus desdobramentos sociais, individuais e de gênero. Reed (2008) destaca que o modelo capitalista de sociedade desclassificou as mulheres da posição de igualdade a qual desfrutavam na sociedade primitiva. Nesse período, a organização social vigente se pautava “em uma democracia autêntica e em uma igualdade completa, inclusive na igualdade sexual” (REED, 2008, p. 25).

Engels (2002) em sua obra “A Origem da família e da propriedade privada” disserta também acerca desse tempo, pontuando que o desempenho das forças femininas e masculinas se dava de forma igualitária, as atividades outorgadas à mulher representavam um trabalho produtivo e um ganho econômico para o clã, neste sentido, ela possuía valorização social e autoridade. No entanto, as condições se transformaram com a descoberta dos metais e a emergência do homem como senhor dos escravos, gerando uma nova configuração das forças produtoras. Também, o desbravamento das florestas permitiu que o homem se tornasse senhor da terra, possibilitando a constituição da propriedade privada. Nesse interím, as atividades domésticas e de cuidado passam a se destinar exclusivamente às mulheres, assim, ocorreu uma inversão, se passou a atribuir maior valor às atividades desempenhadas pelo homem fora do lar e menor valor ao trabalho exercido pela mulher no lar, pois o trabalho feminino perdeu importância econômica para o clã.

As mudanças nesse período não pararam por aí, o direito paterno substituiu o direito materno, assim a propriedade se passa de pai para filho e não da mulher para o clã, instaurando o direito hereditário paterno. Neste período, Engels afirma que ocorreu “a derrota do sexo feminino”, apontando que “o homem se apoderou também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução” (ENGELS, 2002, p.60)



Essa nova configuração de aparência estritamente econômica transformou relações, redefiniu espaços e poder. Sabe-se que a sociedade de classes se valida por meio da extinção da propriedade comum, o que faz prevalecer a existência de uma classe rica dominante que se legitima por meio da exploração da classe operária a fim de aumentar seu poder. Outra característica desse modelo, se refere à manutenção de um exército forte que assegure a classe burguesa e mantenha subjugada a classe trabalhadora, no entanto, as mulheres também entram nesse processo. Reed (2008) deixa claro que a exploração dos trabalhadores caminha em consonância com a subordinação histórica do gênero feminino, bem como, a discriminação contra minorias raciais e étnicas. Beauvoir (2016) também observa tal conformação, pois afirma que mulheres e trabalhadores possuem em comum o fato de serem oprimidos no modo de sociedade capitalista. Diante disso, compreendemos que a sociedade capitalista possui como base de sustentação a exploração e opressão tanto de operários como de mulheres.

Reed (2008, p.30) ainda acrescenta que “a supremacia machista, que se sustenta sobre o mito de que as mulheres representam um sexo inferior, existe somente em nossa sociedade de classes patriarcal”. O modelo comunitário anterior não possuía como princípios a dominação de um sexo sobre o outro, nem o domínio de uma classe rica sobre a massa de trabalhadores. Desse modo, o que Engels (2002) nos traz e Reed (2008) confirma é um claro contraste entre a sociedade primitiva sem classes e a conformação de uma sociedade de classes.

A partir disso, é possível constatar que essa diferenciação de organizações da sociedade, atribuiu diferentes concepções de gênero, em especial o feminino, Engels (2002) pontua que as mulheres ocupavam posições importantes, desfrutavam de notável liberdade e independência em discordância com a função subordinada e degradante concedida pela sociedade de classes.

2.2. A dialética das migrações femininas contemporâneas

Assis (2003, p.201) afirma que as mulheres sempre estiveram presentes nos fluxos migratórios desde o final do século XIX, porém, sua inserção era analisada apenas como aquela que acompanhava o marido e filhos. Logo, por muito tempo a mulher ficou invisibilizada nos fluxos migratórios, sendo apresentada apenas como aquela que é subordinada ao homem durante o processo de migração, assim, suas experiências ficaram por muito tempo ocultas e indiferentes. Esse dado remonta à mais do que o fenômeno



migratório e sim à história geral, a partir da ocupação da mulher em espaços subalternos da sociedade e posições secundárias, deste modo nos estudos migratórios não foi diferente.

Carpenedo e Nardi (2013) apontam em seu estudo “A globalização das atividades domésticas e de cuidado com o aumento da migração feminina”, que pensar a migração de mulheres é considerar que além do serviço fora de casa se mantém os serviços a realizar no lar, o cuidado com os filhos e o lidar com as construções de gênero predominantes em cada território. Nessas condições se predomina a dupla exploração, por ser mulher e migrante (MARINUCCI, 2007). Vendramini (2018) concorda ao afirmar que o proletariado migrante possui características heterogêneas, no que se refere a questões culturais, de gênero e conhecimento, com isso, estabelece-se como uma das populações mais vulneráveis da atualidade.

Pesquisas recentes têm destacado a necessidade de estudar as migrações a partir da perspectiva de gênero, tal movimento permite um amplo aprofundamento e compreensão acerca das migrações contemporâneas, considerando as transformações e historicidades da categoria gênero. O termo “migrante” foi naturalizado com sentido de uma conotação masculina durante um longo período, (PESSAR, 1999 *apud* TOPA; NOGUEIRA; NEVES, 2016), o que induzia a uma compreensão das migrações como um processo essencialmente masculino, a fim de superar essas questões, nesse estudo, objetivamos conceder à mulher a posição de sujeito social e ativo no processo migratório.

Boyd e Grieco (2003, *apud* PERES; BAENINGER, 2012) agregam que o gênero se faz presente nos caminhos de quem se movimenta, influenciando a forma como esses movimentos se dão e os impactos para as famílias e mulheres migrantes, logo, a inclusão do gênero, nas teorias de migrações internacionais representa a incorporação de diversas experiências presentes nos processos migratórios e a compreensão de esferas específicas que circundam o ser mulher, família, domicílio, mercado de trabalho (PERES; BAENINGER, 2012). Em razão disso, é necessário muito mais que afirmar a importância e o aumento das mulheres nos movimentos migratórios, segundo Assis (2007), mas o de incorporar questões como processos sociais, psicossociais, discursos, subjetividade, as quais estão presentes em toda a trajetória migratória.

Topa, Nogueira e Neves (2016) abordam que o gênero, assim como, outras categorias identitárias como, etnia, classe social, raça, não aparecem apenas como parte integral do processo de migração, influenciando as decisões de quem migra, como migra e porque migra, mas, as migrações possuem potencial de exercer influência nas relações de gênero, seja evidenciando desigualdades e papéis sociais definidos ou os desafiando, com isso, a migração passa a assumir um caráter transformativo.



Nesse sentido, o contexto migratório opera como um suscitar de mudança nos papéis sociais. Há autores que denominam essas mudanças como inversões, a mulher emerge com maior autonomia, se distanciando das atividades do lar, em razão da necessidade de compor as despesas da casa, o inverso também ocorre, o homem atuante nas atividades domésticas. Tais mudanças podem gerar conflitos em tradições, hábitos e costumes culturais. Logo, a família e o ser migrante se inserem em um contexto de desafios não habituais que possuem o potencial de alterar sua dinâmica rotineira e familiar (LIMA, 2012).

A literatura traz que a migração feminina pode indicar segurança econômica, se conformar como um fator de redução das desigualdades de gênero, concedendo autonomia e independência econômica à mulher, daí a migração pode funcionar como um fator de *empowerment*.³ Por outro lado, também pode ser um elemento acentuador da vulnerabilidade social, exposição à situações de vitimização (ROSARIO ET AL, 2011), discriminação, violência, exploração, obstáculos no acesso a serviços básicos. Uma pesquisa realizada em Portugal por Abranches (2007) confirma que as mulheres migrantes são mais suscetíveis ao desemprego, tal fato fica evidente nas taxas de desemprego no país por sexo.

Abordagens feministas tem se debruçado nos estudos de gênero em suas interfaces e espaços sociais e ressaltam que a análise da condição das mulheres atravessa a relação com questões de gênero, classe, pertença étnica, idade, orientação sexual, no entanto, é preciso ir além da descrição desses aspectos, mas avançar na forma como essas variáveis influenciam as outras e por elas são influenciadas (ALBUQUERQUE, 2005). A partir disso, as experiências das migrantes passam por suas posições no mercado de trabalho, relações com família, nível de autonomia, participação, inserção social, levando em conta como esses elementos se associam. Por meio disso, é possível se aproximar da complexidade das trajetórias das mulheres migrantes (ALBUQUERQUE, 2005).

Fatores como, o estabelecimento de relações hierárquicas e patriarcais no ambiente familiar exercem influência na decisão da mulher em migrar, assim como, no acesso que ela possui aos recursos necessários para realizar o deslocamento, como dinheiro e informações. Desse modo, verifica-se que o contexto cultural da sociedade em que a mulher está imersa exerce uma forte influência na mobilidade feminina, visto que essas questões definem o papel da mulher e impõe limitações no ato migratório. (MARINUCCI, 2007).

Além disso, os condicionantes de gênero, do local receptor, influenciam na decisão de migrar e para onde migrar, ainda que as políticas migratórias aparentem ser neutras no

³ A tradução no sentido literal significa empoderamento, porém, o conceito expressa uma ideia que possuía raízes nos movimentos pela luta dos direitos civis, nos movimentos feministas na luta pela ampliação e garantia dos direitos das minorias.



que se refere à aspectos de gênero, essas podem facilitar ou dificultar a chegada de mulheres por meio do estabelecimento de parâmetros (MARINUCCI, 2007), logo, essas condições envolvem o momento pré migração, durante a migração e pós migração, sendo descritas da seguinte forma as relações de gênero e os papéis desempenhados por homens e mulheres no local de origem, como:

...relações hierárquicas nos domicílios, tarefas e ocupações sexualmente definidas bem como diferentes redes e seus usos afetam tanto a seletividade, quanto as estratégias migratórias utilizadas por homens e mulheres. (PERES E BAENINGER, 2016, p. 04)

Essas são questões que influenciam na decisão por migrar, já no momento de cruzar as fronteiras, as políticas migratórias do país de destino podem afetar as estratégias migratórias de homens e mulheres, assim como, os postos de trabalho ofertados às mulheres que se baseiam nas ocupações do feminino e do masculino, e por fim, no momento pós-migração envolve a articulação de aspectos referentes à dinâmica do mercado de trabalho do país receptor e papéis sociais na família e no domicílio (BOYD; GRIECO, 2003 *apud* PERES; BAENINGER, 2012). Portanto, vê-se que “a migração feminina pode ser desestimulada pelos estereótipos culturais em relação ao papel da mulher no lugar de chegada” (MARINUCCI, 2007). Esses dados permitem-nos concluir que a experiência migratória é diferente para homens e mulheres devido às construções do que é ser feminino e ser masculino inerentes a cada sociedade, logo, esses fatores serão determinantes no ganho ou na perda de autonomia, na escolha entre permanecer ou retornar. Castro (2006) afirma que “ao longo do processo migratório, homens e mulheres reconstróem, negociam ou reafirmam relações de poder, hierarquia e a própria identidade” (CASTRO 2006 *apud* PERES; BAENINGER, 2012).

Pessar (1999 *apud* Assis, 2007) observa que, até recentemente, o termo “migrante” era carregado por uma conotação masculina, criando uma concepção de que o migrante verdadeiro é aquele que pertence ao sexo masculino. Até os anos 1970, a perspectiva teórica influente nos estudos sobre migração era alheia às questões sobre gênero, raça e etnia (Assis, 2007), isso implica na negação da complexidade e da heterogeneidade da migração feminina. Assim, quando partimos dessa perspectiva de apontar o protagonismo da mulher migrante, temos o intuito de evidenciar que as mulheres exercem desde sempre um papel relevante nos fluxos migratórios.

Nesse ponto, as condições outorgadas pelo campo material e social ao sujeito influenciam na constituição do psiquismo dessas mulheres. Magiolino (2014) traz Vygostky e destaca que:



...a ordem, a hierarquia e as relações entre as funções psicológicas – tais como o pensamento e o desejo – mudam de acordo com as posições sociais que os sujeitos ocupam. O psiquismo se constitui assim, de modo intrinsecamente relacionado às condições concretas de vida e existência dos sujeitos e formas de organização das relações sociais humanas.

A migração feminina possui ainda características emancipatórias, pois representa a saída da mulher do seu ambiente de proteção familiar em busca de uma vida autônoma em outro destino, assim migrar relaciona-se com crescimento e independência (CHAVES, 2009). Porém, esse fato não é geral para a vida de todas as mulheres migrantes, pois como afirma Marinucci (2007) o aumento da feminização das migrações possui duas faces, pois pode representar um espaço de empoderamento para a mulher, assim como, pode tornar-se um espaço de violação de direitos. Com isso, se expressa a face dialética das migrações femininas e que nos permite apreender a migração enquanto uma totalidade, a qual possui em si, elementos contraditórios que interagem entre si e são determinadas por totalidade de maior complexidade, bem como, está limitada à um período histórico concreto e determinado.

Por meio disso, compreender as migrações femininas é envolver e apreender o movimento de contrários que permite a configuração da migração enquanto uma totalidade histórico-social. Assim, a mulher migrante enquanto sujeito, é simultaneamente passivo e ativo (determinado e determinante), constituído pelas relações sociais. Desse modo, incorporar os diferenciais por sexo bem como as relações de gênero às análises de fluxos migratórios, indo além da descrição das diferenças entre homens e mulheres, as teorias de migração avançam no sentido de compreender as experiências das mulheres migrantes em esferas específicas, como, família, domicílio e mercado de trabalho (PERES, 2011) a fim de compreender a totalidade histórico-social em que o sujeito é determinado. Tomar esse caminho metodológico e não outro implica superar uma ciência ideologizante, abstrata e individualista. Portanto, a historicidade do patriarcalismo, a organização da sociedade em classe, o estabelecimento de relações hierárquicas, a divisão sexual do trabalho, desigualdade social, são questões que afetam de forma direta, migrantes e não migrantes, seja nos trabalhos ofertados, nos espaços sociais ocupados. Desse modo, homens e mulheres experienciarão de forma diferente a migração e serão afetados de forma diferente, ocupando posições delimitadas no seio da estratificação social e dentro dos limites culturais de uma dada sociedade (ALBUQUERQUE, 2005)

Andersen (2001, p.196, tradução nossa) exemplifica melhor a conformação dessas condições:

Por exemplo, uma mulher portuguesa, branca, que nunca trabalhou por imposição familiar e que desde sempre teve a seu cargo a educação dos filhos e as tarefas domésticas, pode ter uma relação de subordinação face ao marido e, ao mesmo



tempo, ter uma relação de dominação face a uma empregada doméstica caboverdiana ou ucraniana.

A situação acima expressa que a posição social que os sujeitos ocupam inscritos em uma escala hierárquica de relações de poder alcança as determinações de classe social, etnicidade, idade e sexo, muito mais do que categorias descritivas, esses elementos se configuram de tal modo, que os sujeitos não são livres para escolher a posição que pretendem ocupar (ALBUQUERQUE, 2005). Esse processo envolve o estabelecimento de uma teia complexa de discriminações que atuam no acesso ao mercado de trabalho, relações de tensão, na medida em que as posições hierárquicas colocam sujeitos em posições divergentes e dialéticas, empregadoras versus empregadas, mulheres do grupo majoritário versus mulheres do grupo de minoria, migrantes versus nativos. Visualiza-se uma condição de discriminação étnica e de classe, logo, tais aspectos são marcados por relações sociais e históricas, bem como, isso só é possível em uma estrutura social classista, permeada pelo patriarcalismo.

3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Este trabalho permitiu evidenciar reflexões sobre a exclusão, a discriminação e a inferiorização como elementos que atravessam as experiências de mulheres migrantes, influenciando relações de trabalho, relações com o país de acolhimento, proporcionando experiências de desemprego, frustração, exploração no mercado de trabalho.

Os resultados desta pesquisa apontam que os estudos sobre migração utilizavam o termo migrante em um sentido masculino apresentando a mulher em uma posição de passividade e dependência do marido juntamente com os filhos no processo migratório. Também apontamos que a literatura analisada apresentou diversos casos em que mulheres migrantes sofreram abusos, explorações durante a rota, violação de direitos humanos e discriminação. Assim, essa realidade apresenta-se como um desafio para as autoridades mundiais e para a sociedade civil, porém, é válido ressaltar que a maior visibilidade da migração feminina pode colaborar para elaboração de políticas públicas direcionadas a esse grupo, a fim de ampliar as possibilidades das mulheres migrantes em contextos de migração, promover garantia de direitos e superação de preconceitos e estereótipos que circundam o ser mulher e o ser migrante, assim como estudar a migração com diferenciais entre sexo e relações de gênero permite abarcar a heterogeneidade da migração feminina e compreender as experiências singulares das mulheres em diversas esferas sociais.

Também, urge a necessidade de incorporar questões de gênero e proteção de mulheres migrantes nas políticas migratórias, a fim de possibilitar a integração dessa mulher



em um contexto de migração e promover acesso a bens materiais e simbólicos necessários para o desenvolvimento do seu projeto migratório e a possibilidade de uma vida digna.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, M. **Pertenças Fechadas em Espaços Abertos**. Estratégias de (Re)Construção Identitária de Mulheres Muçulmanas em Portugal. Lisboa: ACIDI, 2007

ALBUQUERQUE, R. Para uma análise multidimensional da situação das mulheres: as relações entre gênero, classe e etnicidade. In: SOS RACISMO (Eds.). **Imigração e Etnicidade – Vivências e trajetórias de mulheres em Portugal**. Lisboa: SOS RACISMO, 2005, pp. 37-49.

ANDERSEN, M. L. Restructuring for whom? Race, class, gender and the ideology of invisibility. **Sociological Forum**, v. 16, n. 2, 2001, pp. 181-201.

ASSIS, G.O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, v.15, n.3, 2007.

BEAUVOIR, S; MILLIET, Sérgio (Trad). (2016) **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3. Ed – Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

CARPENEDO, M.; NARDI, H.C. Mulheres Brasileiras na divisão internacional do trabalho reprodutivo: construindo subjetividade (s). **Revista de Estudos Sociais**, n.45, 2013, pp.96-109.

CASTRO, J.Y.C. **Ahora las mujeres se mandan solas**: migración y relaciones de gênero en una comunidad mexicana transnacional Llamada Pie de Gallo. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia Social. Universidad de Granada, Granada, 2006, 470p.

CHAVES, M.F.G. **Mulheres migrantes: senhoras de seu destino? Uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1981/1991**. 2009, 156f. Tese (Doutorado em Demografia) – Departamento de demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, p.05.

ENGELS, F. KONDER, L. (Trad). **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p 51.

FARIA, M.R.F. (2015). **Migrações internacionais no plano multilateral**: reflexões para a política externa brasileira. – Brasília: FUNAG, 306 p.

LIMA, A.K.S. Migração e subjetividade: uma revisão de literatura sobre o processo migratório e suas implicações psicossociais: In 1º Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras: fronteiras da interdisciplinaridade e a interdisciplinariedade das fronteiras. 2012, Boa Vista. **Anais (online)**. Boa Vista: EDUFRR, 2012, v.1, pp.175-186.

MAGIOLINO, L.L.S. A significação das emoções no processo de organização dramática do psiquismo e de constituição social do sujeito. **Psicologia & Sociedade**, 26(n. spe. 2), 2014 pp. 48-59.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

MARINUCCI, R. Feminização das migrações. **REMHU**, Brasília, v. 15, n. 29, 2007.

PERES, R.G. Os dois lados da fronteira: Imigração boliviana, gênero e o uso estratégico dos espaços. **Informe Gepec, Toledo**, v. 15, número especial, p. 398-421, 2011.

PERES, R.G e BAENINGER, R. Migração feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. **Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**, Águas de Lindóia/SP – Brasil, 2012.

PERES, R.G.; BAENINGER, R. Mulheres Latino-americanas e Haitinas no Brasil: perfil na imigração internacional. In: VII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Foz do Iguaçu, 2016. Disponível em: <<http://187.45.187.130/~abeporgb/xxencontro/files/paper/363-517.pdf>>. Acesso em 20 mai 2017.

REED, E. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008, 144 p.

ROSÁRIO, E. ET AL. **Discursos do Racismo em Portugal**: essencialização e inferiorização nas trocas coloquiais sobre categorias minoritárias. Lisboa: ACIDI, 2011.

TOPA, J.B.; NOGUEIRA, C.; NEVES, S. Vivências de mulheres brasileiras nos serviços de saúde materna. **Gênero e Direito**, v.5, n.02, 2016.

VENDRAMINI, C.R. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. **R. Katálisis**, v.21, n., 2018, pp. 239-260.